

## A gênese do nacional desenvolvimentismo e o protagonismo ambíguo de Nilo Peçanha, um negro comprometido com as oligarquias cafeeiras

**Ramatis Jacino**

Universidade Federal do ABC  
São Bernardo do Campo, São Paulo, Brasil

**Recebido em:** 09 set. 2024

**Aprovado em:** 05 ago. 2025


**Publicado em:** 30 abril 2026

### Resumo

O presente artigo analisa a atuação política e administrativa de Nilo Peçanha, único presidente negro da história do Brasil e um dos protagonistas da instauração da República. Aborda aspectos da sua trajetória pessoal, acadêmica e política de maneira a compreender suas escolhas como gestor, que levaram à implementação de projetos econômicos progressistas. Destaca o caráter pendular de suas gestões: iniciativas de orientação liberal e indução do desenvolvimento através do Estado; defesa dos interesses das oligarquias rurais conservadoras e promoção da industrialização; ações de cunho nacionalista e atendimento dos interesses do capital financeiro internacional. Por fim, é defendida a tese de que o nacional desenvolvimentismo, característica do País a partir da Revolução de 30, tem como gênese as escolhas político/administrativas dos republicanos jacobinos, dos quais Nilo é uma das grandes referências.

**Palavras-chave:** Primeira República. Nilo Peçanha. Desenvolvimentismo. Nacionalismo.

\* Professor Adjunto da Universidade Federal do ABC, Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas. Doutor em História Social e Mestre em História Econômica pela Universidade de São Paulo; graduado em História pela Universidade Brás Cubas. E-mail: ramatis.j@ufabc.edu.br

 <https://orcid.org/0000-0002-1334-8781>

 <http://lattes.cnpq.br/6799090403120350>

## The genesis of national developmentalism and the ambiguous role of Nilo Peçanha, a black man committed to the coffee oligarchies

**Ramatis Jacino**

Federal University of ABC  
São Bernardo do Campo, São Paulo, Brazil

---

**Received:** 09<sup>th</sup> Sept. 2024

**Approved:** 05<sup>th</sup> Aug. 2025

**Published:** 30<sup>th</sup> Apr. 2026

### Abstract

This article analyzes the political and administrative performance of Nilo Peçanha, the only black president in the history of Brazil and one of the protagonists of the establishment of the Republic. It addresses aspects of his personal, academic and political trajectory in order to understand his choices as a public manager, which led to the implementation of progressive economic projects. Highlights the pendular nature of his administrations: liberal-oriented initiatives and induction of development through the State; defending the interests of conservative rural oligarchies and promoting industrialization; actions of a nationalist nature and serving the interests of international financial capital. Finally, the thesis is defended that the national developmentalism, which characterizes the country since the Revolution of 1930, has as its genesis the political/administrative choices of the Jacobin republicans, of which Nilo is one of the great references.

**Keywords:** First Republic of Brazil. Nilo Peçanha. Developmentalism. Nationalism.

---

\* Adjunct Professor at the Federal University of ABC, Center for Engineering, Modeling and Applied Social Sciences. PhD in Social History and MA in Economic History at the University of São Paulo; BA in History from the Bráz Cubas University. Email: ramatis.j@ufabc.edu.br

 <https://orcid.org/0000-0002-1334-8781>

 <http://lattes.cnpq.br/6799090403120350>

## 1. Apresentação

A hipótese adotada como ponto de partida desse artigo é de que a singularidade da trajetória pessoal de Nilo Peçanha foi determinante para torná-lo um político diferenciado e precursor na adoção de medidas econômicas e administrativas heterodoxas para os padrões do período. Evidencia-se como singular o fato de ser um dos pouquíssimos afrodescendentes com poder político nos primeiros anos da República - da qual foi um dos protagonistas -, de ser próximo das oligarquias cafeeiras do Sudeste e a diversidade da sua formação acadêmica. Talvez como resultado dessa trajetória pessoal e política diferenciada, sua história tenha sido frequentemente apresentada de maneira laudatória e mitificada por biógrafos, parentes e intelectuais com grande proximidade pessoal ou política. Assim, embora rica em informações, essa produção bibliográfica foi confrontada com a documentação oficial: discursos, projetos e leis aprovadas por iniciativa dele, decisões administrativas, publicações de sua autoria, documentos do Partido Republicano e periódicos que a ele se referem.

O referencial teórico no qual o presente trabalho se baseia parte da ideia que as sociedades se dividem em classes e a história se desenrola a partir das relações econômicas, que por sua vez reverberam na organização social, política e na produção da Cultura. Soma-se a essa interpretação a metodologia de análise de longos períodos para compreensão do desenvolvimento das nações e povos, que se contrapõem as narrativas factuais e personalistas. Assim, a partir desses instrumentais buscou-se analisar a gênese do nacional-desenvolvimentismo no Brasil e o protagonismo de Nilo Peçanha, adotando como marcos históricos o início do regime republicano e a Revolução de 1930.

O presente artigo, na primeira e segunda seções, além de discorrer sobre a trajetória pessoal de Nilo Peçanha, procura contextualizar os primeiros anos da República no Brasil, o golpe contra Pedro II, as escaramuças entre os militares alçados ao poder, que têm como exemplos máximos Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto. Em seguida, na terceira seção, são analisadas as origens familiares, a trajetória escolar e acadêmica, assim como as influências ideológicas de Nilo, particularmente na Faculdade de Direito de Recife, onde teve contato com teses positivistas, eugênicas e liberais. E ainda o impacto que o "florianismo" teve sobre suas escolhas político-administrativas.

Na quarta seção, é abordada sua trajetória política, ideias e proposições que iniciam quando se torna deputado constituinte, se mantêm ao longo do mandato de senador e são materializadas em ações concretas no exercício dos cargos executivos no estado do Rio de Janeiro e quando assume a presidência da República. É abordada também sua volta ao Senado, a longa e profícua viagem que fez pela Europa, o retorno ao governo do Rio de Janeiro e a derradeira eleição de que participa na tentativa de conquistar novamente o cargo de presidente da República, a derrota sofrida e o legado deixado.

Na seção cinco, o tema é o seu pioneirismo na área econômica e os projetos de desenvolvimento de orientação nacionalista que implementou ou tentou implementar.

O texto é concluído com algumas reflexões e problematizações acerca do caráter

ambíguo daquela liderança política, seu comportamento pendular na condução da economia, não obstante se nortear pela busca da “modernização” do País, introdução plena do capitalismo e superação dos modelos econômicos arcaicos. Ambiguidade essa presente na relação com as oligarquias rurais e com o sistema financeiro internacional, ora enfrentando-os com discurso nacionalista e desenvolvimentista, ora procurando atraí-los como sócios dos projetos modernizantes. É destacada, por fim, a singularidade de seu pensamento, a ação política e as propostas econômicas, que se orientavam pelo nacionalismo, por um Estado interventor e indutor do desenvolvimento e da industrialização.

## **2. A conturbada Primeira República**

Redigido pelos cafeicultores João Mendes de Almeida, Antônio Prado, Duarte de Azevedo e Rodrigo Silva, um artigo publicado em 24 de julho de 1867 no Diário de São Paulo, órgão do Partido Conservador, foi uma das primeiras e mais relevantes manifestações públicas em favor da República. Consequentemente, a 3 de dezembro de 1870, é fundado no Rio de Janeiro o Clube Republicano e lançado ainda o Manifesto Republicano, documento assinado por 6 dezenas de homens notórios que inflama os demais senhores de terra e serve como base para fundação de um partido. Em 17 de janeiro de 1872, na residência de Américo Brasiliense, na capital da província de São Paulo, é realizada reunião preparatória da convenção inaugural do partido, que viria a acontecer em 18 de abril de 1873, na residência do cafeicultor Carlos de Vasconcelos Almeida Prado, na cidade de Itú. Nessa ocasião, é lançado um novo manifesto, este assinado por 133 convencionais, entre cafeicultores, comerciantes e profissionais liberais, que passam a organizar o Primeiro Congresso Republicano, instalado em julho do mesmo ano. A partir daí, o movimento cresce vertiginosamente, ganha adesão de outros produtores rurais e de militares, políticos e setores médios que viviam sob sua órbita, vence as resistências monarquistas e tem como desfecho o golpe de Estado perpetrado em 15 de novembro de 1889.

Em 22 de junho 1890, um novo projeto de Constituição é apresentado ao Conselho de Ministros, que convoca a eleição dos constituintes para 15 de setembro daquele ano e fixa a data da instalação da Assembleia Constituinte para 15 de novembro, dando origem à nova constituição do país, que viria a ser promulgada em 24 de fevereiro de 1891. Inspirada na constituição do Estados Unidos, a nova carta regulamenta a adoção do regime presidencialista e a eleição direta para deputados e senadores. Decidiu-se, ainda, nas Disposições Transitórias, que a eleição do primeiro presidente seria indireta, tendo sido escolhido para o cargo dessa forma, em 25 de fevereiro de 1891, o Marechal Deodoro da Fonseca.

As eleições subsequentes seriam através do voto direto, para um mandato de 4 anos e teriam direito a voto todos os homens alfabetizados maiores de 21 anos. As contradições entre os diversos grupos políticos, todavia, se apresentavam cotidianamente e as crises se avolumavam, inclusive com a renúncia coletiva de ministros, questionamento a legitimidade

do presidente e ameaças de impedimento. A resposta de Fonseca foi autoritária: em 3 de novembro de 1891 decreta estado de sítio, determina o fechamento do Congresso e convoca para o ano seguinte novas eleições de deputados que teriam como tarefa escrever uma nova constituição. A reação contrária foi igualmente violenta, inclusive com rebelião da Marinha, e levou a que apenas 20 dias depois, em 23 de novembro, Deodoro renunciasse.

Assim como seu antecessor, o segundo presidente, Floriano Peixoto, era monarquista até as vésperas da decretação da República. Sua chegada ao cargo não impediu a continuidade da crise. Autoritário e centralizador, desrespeitou a constituição recém promulgada, não convocando eleições e respondendo as insubordinações e conflitos de maneira violenta. Por outro lado, angariou apoio e admiração da baixa oficialidade, de setores médios intelectualizados e até mesmo de setores populares, dando origem ao que ficou conhecido como florianismo, corrente autoritária, nacionalista, militarista, influenciada pelo positivismo, que disputava o poder com as oligarquias que haviam protagonizado a instauração da República. Em abril de 1892, após manifestações de opositores, Floriano decreta Estado de sítio, manda prender líderes políticos, desterra alguns para a Amazônia e constrange a Suprema Corte quando essa, instada pelo jurista Rui Barbosa, ensaia tomar decisões contrárias à sua vontade. Seu mandado se encerra em 15 de novembro de 1894, substituído por Prudente de Moraes, cafeeiro e ex-presidente da Província de São Paulo, que inaugura a nova fase da Primeira República, a chamada “política do café-com-leite”.

### 3. Origens e influências ideológicas

Nilo Procópio Peçanha nasceu em 2 de outubro de 1867 na Fazenda Deserto Feliz, de propriedade da sua avó materna, em um lugarejo denominado “Posse do Meio”, distante 3 horas a cavalo da sede da Freguesia de Nossa Senhora da Penha do Morro do Coco, município de Campos dos Goytacazes (RJ). Filho do proprietário rural Sebastião de Sousa Peçanha, que assim como ele era descrito como “moreno” por seus contemporâneos. Nilo, não obstante, é declarado branco na sua certidão de nascimento.<sup>1</sup> Era neto de Julião Pessanha<sup>2</sup>, “senhor de fazenda e homem de recursos” (Tinoco, 1962, p. 7). Sua mãe, Joaquina Anália de Sá Freire, descendia de uma família de proprietários rurais, que possuía trajetória política na cidade e no estado. Em 1908, segundo o *Álbum do Estado do Rio de Janeiro: Exposição Nacional de 1908*, Campos era o maior município do estado, com 3.675km.<sup>3</sup> Produzia aguardente, álcool, açúcar,

1 Certidão localizada no Livro de Registro de Batismos, acervo da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Penha em Morro do Coco, Campos de Goytacazes (RJ).

2 Julião, que nascera “Pessanha”, segundo Brígido Tinoco e Celso Peçanha, num determinado momento de sua vida, por razões não explicadas, resolveu alterar o sobrenome e passou a assinar “Peçanha”.

café, cereais, doces, fumo, baunilha, maniçoba, algodão, anil e “industrial pastoril”. Tinha usinas de álcool, principais produtos de exportação. Possuía estabelecimentos industriais, hotéis, comércio, teatro, hospitais, agência de correio, telégrafo, bancos, imprensa diária, liceu de humanidades, porto e a Estrada de Ferro Leopoldina.

Quando Nilo atingiu a idade escolar, a família mudou para o centro da cidade e o pai passou a se dedicar ao comércio, abrindo uma padaria, o que fez com que recebesse a alcunha de Sebastião da Padaria. Seus principais biógrafos, parentes como Celso Peçanha, amigos da família, como Brígido Tinoco ou não muito próximos, como Hélio Silva, relatam sua trajetória pessoal e política em tom laudatório e mistificador. Ao apresentarem seu pai como pequeno sitiante e comerciante humilde, se orientam por uma análise de sua vida focada na meritocracia, na ideia do “*self-made-man*”; o homem negro e pobre que ascendeu graças unicamente a um talento diferenciado e esforços pessoais admiráveis.

Cabem, todavia, algumas ponderações acerca da origem “humilde” da família de Nilo. Não foi possível encontrar documentação sobre o tamanho da propriedade rural, o que produzia e sua lucratividade. Contudo, a caracterização do pai como homem de classe média baixa por tornar-se dono de um comércio urbano pode ser questionada. Padarias no período eram espaços luxuosos, dedicados à nata da sociedade, uma vez que até o final do século XIX o consumo de pão não fazia parte dos hábitos alimentares dos brasileiros. Tratava-se de uma iguaria consumida pelas elites, fortemente influenciadas pela cultura francesa, da qual passaram a copiar a gastronomia e os hábitos sociais. Além disso, a trajetória acadêmica de Nilo, e outros de seus irmãos, também contradiz a caracterização de sua família.<sup>4</sup> Garantir que dois filhos fizessem curso superior na Faculdade de Direito de São Paulo e na Faculdade de Direito de Recife que, respectivamente, atendiam os filhos das oligarquias cafeeiras do Sudeste e açucareiras do Nordeste, não estava entre as possibilidades de famílias de fora das elites econômicas.

Também são passíveis de questionamento as afirmações de seus biógrafos de que morreu pobre e que a viúva enfrentou dificuldades financeiras. Segundo Bueno (1922, p; 320-322), os rendimentos pagos pelo Tesouro Federal e o Estado do Rio de Janeiro ao longo dos seus 31 anos de vida pública chegaram a 1.032:600\$000 e os bens declarados em testamento eram: Fazenda Santo Antônio da Loanda, vendida por 139:000\$000; casa de Santa Teresa, vendida por 50:000\$000; fazenda de Itaipava, vendida por 170:000\$000; chácara de Icaraí, avaliada em 25:000\$000; chácara de Campos, na Rua do Príncipe, avaliada em 7:000\$000;

3 Organizado por Julio Pompeu de Castro Albuquerque. Rio de Janeiro: Oficinas da Renascença E. Bevilacqua & C., 1908.

4 Alcebides, estudou na Faculdade de Direito de São Paulo, bacharelando-se em 1890. Em 1891, foi nomeado promotor público do Estado de São Paulo. Entre 1893 e 1894, foi intendente de imigração do estado do Rio de Janeiro e exerceu o cargo de embaixador do Brasil na Argentina entre 1917 e 1918. O outro irmão, Cícero, morto em 1905, foi 2º Tenente Farmacêutico da Marinha.

granja do Cedro, avaliada em 23:000\$000. E ainda, 450 apólices da dívida pública, com valor nominal de 1:000\$000. Em pesquisa realizada no Museu Histórico de Campos de Goytacazes<sup>5</sup> foi possível apurar alguns dos bens e valores herdados por Anita após a morte do marido, como saldo em cadernetas de poupanças, ações de uma empresa de navegação, automóvel, casas, terrenos, chácaras e fazendas e, inclusive palacetes alugados aos governos da Bolívia e do Paraguai, provavelmente utilizados pelos serviços diplomáticos desses países.

Foi na Faculdade de Direito de Recife que Nilo formulou o pensamento que iria nortear sua futura prática política e administrativa nos diversos cargos que viria exercer. Naquela faculdade, o jovem estudante teria sido bastante influenciado pelo pensamento de Tobias Barreto,<sup>6</sup> pelo positivismo de Émile Littré (1801-1881), que focava no aspecto científico da elaboração teórica do sociólogo francês, em detrimento das suas ideias um tanto heterodoxas de criação de uma “Religião da Humanidade”. Foi influenciado, ainda, pelo biólogo e antropólogo inglês, Herbert Spencer (1820-1903), também responsável pela adaptação da tese evolucionista de Charles Darwin ao estudo das sociedades e da interação entre os seres humanos. (Peçanha, 1969, p. 14).

Provavelmente também em Recife adere a Maçonaria, embora as referências a sua participação nessa entidade citem apenas o apoio que, na condição de Grã-Mestre, recebera dela nas eleições de 1921.<sup>7</sup> Há que se compreender ainda que a maçonaria, fortemente influenciada pelo iluminismo, atraiu parte significativa das elites brasileiras, tanto monarquistas como republicanos. Dentre o diminuto grupo de negros que alcançaram algum tipo de poder político, segundo Célia Azevedo (2010), tanto os monarquistas André Rebouças e José do Patrocínio, como os republicanos Francisco Glicério e Nilo Peçanha eram maçons.

Ao retornar à cidade já formado em direito, dedicou-se à advocacia e casou-se, como de hábito entre os homens negros com ascensão social, com uma mulher branca, Ana de Castro Belisário Soares de Sousa. Conhecida como “Anita”, a noiva descendia de uma família rica, com barões e viscondes na sua árvore genealógica, e teria se oposto ao casamento. (Peçanha, 1969, p. 10). Dessa união, nasceram quatro filhos: Íris, Nilo, Zulma e Mário, todos falecidos logo após o nascimento.

A discriminação por conta da cor de sua pele, todavia, teria sido mais evidente na juventude e sua origem africana foi sendo secundarizada à medida que amalhava poder político e prestígio social, resultado do processo de branqueamento a que negros são submetidos quando têm ascensão social no Brasil. No início de sua carreira, era chamado pela

5 MHCG-RJ. Seção “Papéis e livros avulsos”. [Não catalogados].

6 Tobias Barreto de Menezes (1839-1889). Com Silvio Romero, é considerado um dos expoentes da Escola de Recife, movimento acadêmico baseado no evolucionismo europeu. Germanófilo, seu pensamento era influenciado por Ernst Haeckel, positivista e um dos precursores do darwinismo social.

7 MR-RJ. Arquivo Histórico e Institucional, Coleção Nilo Peçanha, NP315. [Foto de Nilo Peçanha sendo recebido em loja maçônica durante a campanha eleitoral de 1921]. 1921. Disponível em: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasiliana/handle/20.500.12156.1/10853>. Acesso em: dez. 2024.

elite local de “o mestiço do Morro do Coco” e classificado como “indivíduo de baixa classe, mestiço criado a água e bolo de farinhas” (Tinoco, 1962, p. 59).

Não obstante ter sido alvo desses comentários racistas, é notório o distanciamento de Nilo de qualquer discussão ou movimento que pautasse a questão racial e a discriminação de que os ex-escravizados e seus descendentes foram objeto após o fim legal da escravidão. Nem mesmo tinham apoio ou participação dele os movimentos conservadores da minoria de negros que conseguiam driblar a violenta marginalização social e se organizavam em clubes, denunciavam a discriminação, publicavam jornais dirigidos às suas comunidades e buscavam formas consentidas de inclusão social. Certamente o fato de ser republicano e maçom, além do enorme distanciamento econômico e social frente aqueles negros, cuja parte significativa era católica praticante e defendia a volta da monarquia, contribuiu para que estes também não se sentissem representados.<sup>8</sup>

Assim como para seus companheiros de partido, qualquer discussão que envolvesse a população negra havia se encerrado com a promulgação do Decreto n.º 3.353, de 13 de maio de 1888, e todas suas energias foram dirigidas para a implementação e manutenção da República. Mesmo nos momentos agudos, em que seus pares brancos se posicionaram, como na Revolta da Chibata, ocorrida apenas alguns dias após o término de seu mandato como presidente da República, o comportamento de Nilo foi de um olímpico distanciamento. Não foi possível encontrar na documentação estudada, inclusive, qualquer tipo de proximidade para além das relações formais com os demais partidários entre Nilo e Francisco Glicério, único negro além dele, com espaço na alta cúpula do republicanismo, ainda que Tinoco (1962, p. 38) afirmasse que “De todos os homens públicos, afeiçoara-se a dois, dos quais ouvia ensinamentos, conselhos e advertências: Quintino Bocáiuva e Francisco Glicério”.

Como agravante, para além da omissão, na qualidade de gestor e parlamentar, corroborou a política de branqueamento da população brasileira e os atos administrativos e políticos que contribuíram para a marginalização da população negra. Seja apoiando a imigração de chineses (Peçanha, 1988, p. 72) e as deliberações de Afonso Pena, que deu novo incentivo à imigração de europeus e árabes, cristalizando, em contrapartida, a expulsão dos negros do mercado de trabalho e sua marginalização social (Jacino, 2014), seja apoiando a chamada “Lei do Povoamento” promulgada pelo seu sucessor, o mais completo documento que favoreceu os imigrantes europeus em detrimento da população negra e mesmo dos brancos nacionais pobres.

---

8 Abordamos a questão no artigo “Frente Negra, Ação Integralista e o conservadorismo como estratégia de enfrentamento ao racismo – 1930-1937” (Jacino, 2022).

## 4. Trajetória política

A militância abolicionista, atribuída a Nilo por seus biógrafos, e até certa proximidade com o conterrâneo José do Patrocínio, não demonstra consciência racial, apenas o comportamento do grupo social ao qual pertencia: as oligarquias cafeeiras do Sudeste e os republicanos, - assim como os monarquistas - crescentemente abolicionistas à medida que o modelo escravista se exauria e se mostrava dispendioso. Os três exemplos citados por aqueles intelectuais certamente são insuficientes para afirmar um compromisso por parte de Nilo com a causa abolicionista que extrapolasse o senso comum e configurasse uma prática dele decorrente, dos seus pares brancos e dos oligarcas. O primeiro (Peçanha, 1969, p. 15) dá como exemplo sua atuação como advogado de defesa do comendador Carlos de Lacerda, acusado de mandante do assassinato do fazendeiro Raimundo Alves Moreira, por dois ex-escravizados. Defesa essa que não pode ser atribuída à ação contra a escravidão pois nem mesmo os indivíduos acusados pela execução figuravam como clientes, apenas o comendador. O segundo seria o ósculo respeitoso que, aos 18 anos, teria dado na quitandeira Justina, mãe de José do Patrocínio, em comício abolicionista numa praça da cidade (Tinoco, 1962, p. 23). Apenas um episódio que, se de fato ocorreu, nada mais foi do que um gesto afetivo com uma mulher idosa, sem nenhum tipo de consequência na luta que seu filho liderava. O terceiro seriam os esforços empreendidos por Nilo (que não são baseados em documentação, apenas em supostos relatos) no auxílio a Patrocínio, angariando recursos para a campanha da libertação dos escravizados (Peçanha, 1969, p. 13). Ainda que essa ajuda tenha de fato ocorrido, não diferia do comportamento dos estudantes e intelectuais oriundos das elites e dos próprios produtores rurais que, conscientes de que o modelo escravista estava se exaurindo, adotavam a retórica abolicionista, negociando diligentemente seus interesses junto ao Estado.<sup>9</sup> De resto, a participação de grandes fazendeiros fez com que a campanha abolicionista tivesse em Campos um dos centros de maior agitação e efervescência. Em 1856 – portanto, 11 anos antes do nascimento de Nilo –, foi fundada a Sociedade Campista Promotora do Trabalho Livre, tendo como presidente o Barão de Carapebus, Joaquim Pinto Neto dos Reis e o futuro visconde de Itabapoana, Luís Antônio de Siqueira, além de outros nomes das oligarquias cafeeiras da região (Peçanha, 1969, p. 26).

Em 29 de junho de 1883, o Clube Republicano elegeu a sua diretoria provisória, com Nilo ocupando a presidência. Em 04 de abril de 1888, ao lado de Francisco Portela e de Pedro Tavares Júnior, Nilo lança manifesto proclamando a necessidade de fundação do Partido Republicano. Em 1890, foi eleito deputado constituinte e nesse cargo, com apenas 23 anos,

9 Estratégia que se mostrou exitosa com as indenizações aos escravizadores previstas na Lei Rio Branco, de 1871, e ausência de qualquer benefício, indenização ou compensação para os ex-escravizados.

adotava postura “jacobina”<sup>10</sup> e apresentava propostas focadas na economia e na infraestrutura do País, defendendo a nacionalização do comércio de cabotagem (Peçanha, 1969, p. 32-38), isenção do pagamento de direitos de importação para os materiais de tráfego, reparo e conservação de ferrovias” (*Ibidem*, p. 46). Demonstrando o grande tirocínio político que o acompanharia por toda carreira, algumas de suas propostas contemplavam as oligarquias cafeeiras, que teriam os custos dos transportes de grãos barateados, atendia os interesses das companhias proprietárias das linhas férreas, inglesas, canadenses e norte-americanas, e agradava os setores médios letrados e nacionalistas, que aplaudiam o incentivo e a proteção ao sistema viário e à indústria de base.

Sua atuação como deputado constituinte foi profícua e orientada por convicções republicanas e compromissos com a oligarquia da qual era oriundo. Seus discursos versavam sobre os principais temas de interesse da ainda jovem e instável República. Reafirmava a importância da separação entre Estado e Igreja, ponderava sobre as relações internacionais e rechaçava supostas afrontas ao País, discutia iniciativas que favoreciam economicamente seu estado natal, debatia os caminhos da educação, que ainda transitava para a laicidade, e defendia o funcionalismo público. A legislação proposta por ele, mais do que seus discursos, explicitam seu “jacobinismo”. O Projeto n.º 1, de 1891, proíbe o uso de títulos nobiliárquicos e condecorações das ordens extintas em atividades oficiais e atos públicos. Na crise política e militar do final do ano de 1891, que levou à renúncia de Deodoro da Fonseca e alçou seu vice à presidência, Nilo não titubeou e apoiou ativamente a ascensão de Floriano Peixoto. Manteve-se ainda como importante aliado e incentivador do governo, a partir do entendimento que sua gestão tinha um caráter progressista.

Eleito senador, cumpre mandato de 3 de maio a 31 de dezembro de 1903, quando toma posse como presidente do estado do Rio de Janeiro em substituição a seu padrinho político, o anti-positivista Quintino Bocaiuva, que lhe deixou como herança um estado em situação pré-falimentar. Já contava, todavia, com sólidas articulações políticas, tinha propostas muito claras para reconstrução da economia do estado e se orientava por um pragmatismo que abraçava por um lado o liberalismo e por outro o florianismo positivista,<sup>11</sup> sem descuidar de salvaguardar os interesses do grupo social que o alçara ao poder, os grandes proprietários

10 A liderança da Revolução Francesa, ocorrida entre os anos de 1789 e 1799, era disputada entre os *girondinos*, representantes da alta burguesia, de orientação moderada, e os *jacobinos*, grupo mais radical, composto pela pequena burguesia e trabalhadores. Nas transformações políticas posteriores, particularmente entre o republicanismo, em diversas partes do mundo, se convencionou utilizar a expressão jacobino para se referir ao grupo mais radical dos movimentos que propunham mudanças.

11 Floriano Peixoto, segundo a documentação pesquisada, nunca se declarou positivista. Contudo, por ser integrante do exército tinha grande proximidade com indivíduos que aderiram as teses dessa corrente de pensamento. Além disso, seu nacionalismo, olhar científico, defesa do Estado laico e a disputa com as oligarquias rurais o aproximava das ideias e das práticas positivistas levando a que seus apoiadores e seguidores, conhecidos como florianistas, também fossem identificados como aderentes àquele pensamento.

rurais. Para além das exitosas decisões econômicas, que serão abordadas mais à frente, ampliou sua base política, articulando-se com as frações republicanas representadas no parlamento, isso somado à utilização bem planejada da centralização de poder que a legislação da época permitia ao governo estadual.

Assim, contando com os apoiadores originais, as adesões recentes, as cooptações e coerções que o poder Executivo conseguia garantir, a oposição foi praticamente neutralizada e ele pode colocar em prática seus projetos modernizadores. O saneamento das finanças, conquistado à custa de imposição de um programa bastante radical no estado, fez ampliar o seu peso político em nível nacional. Tornou-se um dos protagonistas do *Convênio de Taubaté*, em benefício de quem efetivamente detinha o poder econômico (portanto político) no País: os grandes cafeicultores do Sudeste.

Sua relação com o poderoso segmento agrário, contudo, vai mais além. O exemplo maior foi o apoio recebido e dado a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), tanto nos seus dois mandatos como governador do Rio de Janeiro, como quando esteve na presidência da República. A SNA havia sido fundada em janeiro de 1897, como resposta a certa desorganização resultante do fim legal do trabalho escravo em 1888 e a polêmica extinção do Ministério da Agricultura pelo recém-instalado regime republicado, em 1892, e surge com o objetivo de representar o poderoso setor da agricultura. Embora organizado pela “sociedade civil”, em inequívoco exemplo do caráter do Estado patrimonialista a impressão do seu jornal, *A Lavoura*, era impresso e sediado nas oficinas da Casa da Moeda. Afonso Pena, pelo Decreto n.º 979 atende, em 1907, reivindicação desta entidade e cria o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, que viria ser implantado na gestão de Nilo Peçanha, em 1909.

Resultado dessas relações com as oligarquias rurais Nilo foi eleito vice-presidente da República, em 1º de março de 1906, na chapa encabeçada por Afonso Pena. A política do café-com-leite foi reforçada, mas representou a vitória da ala jacobina, lastreada nas oligarquias conservadoras, porém com impulsos modernizantes e propostas que dialogavam com os setores médios, agrários e urbanos. Pena, 20 anos mais velho que Nilo, representante das oligarquias mineiras, ao contrário do que era de se supor, não se mostrou um conservador renitente e adotou a plataforma favorável à industrialização e ao programa intervencionista e protecionista do vice e, coerente com sua origem, cumpre as deliberações do *Convênio de Taubaté*. Empreendeu esforços de modernização, impôs proteção alfandegária em favor dos produtos brasileiros, fez expandir o transporte para escoar a produção agrícola, facilitou a abertura de estradas de ferro e deu novo incentivo à imigração de europeus e árabes (Peçanha, 1969, p. 62).

A ascensão de Nilo à presidência a partir de 14 de junho de 1909, devido à morte de Afonso Pena, não se deu de maneira pacífica. Houve questionamento acerca do preceito constitucional que normatizava a substituição do titular, no caso de vacância. As alas históricas e “jacobinas” do republicanismo tiveram que entrar em luta com as alas moderadas e adesistas recentes. Bem antes da data em que seriam realizadas novas eleições e antes da inesperada morte de Afonso Pena, as facções já estavam em disputa, pleiteando a indicação do sucessor.

Ainda que Nilo fosse um nome natural, sua indicação sofria diversas resistências e a posse com o falecimento do titular não arrefeceu, ao contrário, inflamou a disputa. Candidato à presidência, Rui Barbosa, conselheiro da República, passa, então a liderar a “campanha civilista”, em oposição ao pleito dos que tentavam emplacar o nome do marechal Hermes da Fonseca, de tradicional família militar e sobrinho do ex-presidente da República. Assim, quando assume a presidência, Nilo era quase um político de oposição, mas demonstrando novamente sua habilidade, construiu um ministério com nomes de difícil questionamento, devido às suas origens, lastro entre as oligarquias e competência pessoal.<sup>12</sup> Entre os ministros e na cúpula do Partido acabou prevalecendo o nome de Hermes da Fonseca como sucessor da chapa Pena/Nilo, em detrimento de David Campista, que presumivelmente teria recebido apoio de Pena antes de morrer. Consciente que a correlação de forças não o favorecia e que o próprio Pena, bem antes da sua morte, não apoiava o seu nome, Nilo declina de postular o cargo e reconhece a vitória do general, que assume em 15 de novembro de 1910.

No período imediatamente posterior ao mandato de Nilo Peçanha, ocorreu um episódio que ilustra seu olímpico distanciamento das demandas e da condição econômica e social dos negros no período. Apenas sete dias após a passagem da faixa presencial a Hermes da Fonseca, entre 22 e 26 de novembro de 1910, explodiu a Revolta da Chibata, quando marinheiros liderados por João Cândido Felisberto se insurgiram contra os castigos corporais, os baixos soldos, as péssimas condições de trabalho e protagonizaram uma rebelião que deixou a capital em polvorosa. O presidente que o sucedera e Rui Barbosa, o candidato derrotado, envolveram-se fortemente na questão. Hermes da Fonseca hora busca soluções para a crise, hora ameaça mandar afundar os navios tomados pelos revoltosos; solidário com eles, o jurista baiano, se opõe a que o Congresso apoie soluções militares, sugerindo negociação e anistia em troca de rendição, e consegue, em 25 de novembro, a aprovação por unanimidade de sua proposta na Câmara dos Deputados. Não foi encontrada na documentação pesquisada ou na literatura consultada qualquer referência ou ação do ex-presidente frente à situação dos marinheiros, suas reivindicações, nem a favor, nem contra.

Com o fim do mandato e a entrega do cargo ao sucessor, Nilo e sua esposa Anita fazem, a partir de 1911, uma longa viagem à Europa que contribuiu para o aprofundamento de diversas ideias e projetos que viriam a ser desenvolvidos nas fases seguintes de sua carreira política. Em 1912 volta ao Brasil e reassume o mandato de senador, que exerce entre 3 de maio de 1913 e 31 de dezembro de 1914, quando volta de maneira triunfal ao governo do seu estado. Contudo, já não era a unanimidade de outrora e precisou enfrentar a candidatura do então prefeito de Niterói, Feliciano Sodré, que contava com o apoio das alas majoritárias do Partido Republicano em nível estadual e nacional. Com um discurso radicalizado, Nilo inova ao

12 Para o Ministério do Exterior foi o Barão do Rio Branco; Fazenda, Leopoldo Bulhões; Justiça, Esmeraldino Bandeira; Viação, Francisco Sá; Agricultura, primeiro Antônio Cândido Rodrigues, substituído por Rodolfo Miranda. Os ministros militares foram o General Carlos Eugênio Guimarães, Guerra, substituído pelo General José Borman; e, o Vice-almirante Alexandrino de Alencar, Marinha.

levar a política dos salões elegantes para as ruas, percorrendo diversas cidades do estado, realizando comícios e passeatas. Sua vitória e posse, ocorrida em 31 de dezembro de 1914, não foi tranquila. Os adversários não reconheceram a derrota e com apoio de Pinheiro Machado, senador gaúcho com grande poder na direção do Partido Republicano, exigiram intervenção federal e estabelecem um governo paralelo, levando a uma duplicidade de poder que se manteve ao longo do ano de 1915. Nilo só sai vitorioso porque o então presidente da República, Venceslau Brás, tinha interesse em diminuir o poder do senador gaúcho e deliberou a seu favor.

Mais experiente e priorizando propostas liberais em detrimento das convicções desenvolvimentistas, que marcaram seu primeiro mandato no estado e sua gestão como presidente da República, Nilo Peçanha imprimiu um caráter mais conservador a esse segundo governo. Novamente impôs um plano de redução de gastos com vistas ao reequilíbrio do orçamento; reduziu cargos públicos e repartições, elevou impostos, suspendeu verbas para áreas de saúde, educação e infraestrutura. Contudo, não concluiu o mandato pois em 7 de maio de 1917 renunciou e assumiu o Ministério de Relações Exteriores a convite de Venceslau Brás. Em 1918 volta a assumir como senador e, em 1921, é lançado candidato a presidente, tendo como vice o ex-governador baiano José Joaquim Seabra. Foi uma eleição particularmente conturbada, em que Nilo liderava a "Reação Republicana", movimento que anunciava oposição à política das oligarquias estaduais. Apresentava-se como candidato da oposição e efetivamente não contava com a simpatia do então presidente da República, Epitácio Pessoa, que preferia Arthur Bernardes. Nilo era apoiado por governistas de Pernambuco, da Bahia, do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro e boa parte dos militares, que se sentiam representados pelo "jacobinismo" e "florianismo" dos seus discursos e de suas propostas. A campanha foi realizada através de várias conferências nos estados, com o candidato deslocando-se num navio fretado pelos apoiadores e fazendo discursos nacionalistas, de valorização do funcionalismo público, defesa da agricultura, da industrialização e da indústria de base.

A eleição, realizada em 1 de março de 1922, foi vencida por Artur Bernardes. Os oposicionistas contestaram, mas em 7 de junho o Congresso confirmou os resultados do pleito, afastando os "nilistas" das comissões da Câmara dos Deputados e dos trabalhos do reconhecimento eleitoral. Mantendo a ideia da "Reação Republicana", os militares "florianistas", liderados por Hermes da Fonseca, então presidente do Clube Militar, protagonizaram a partir do início de julho um movimento de insubordinação que visava destituir Epitácio Pessoa e impedir a posse de Artur Bernardes. Acreditavam que, tendo a capital como epicentro, o movimento se espriasse por todo o País. Contudo, em que pese o entusiasmo da baixa oficialidade, não tinham apoio dos comandantes e o movimento acabou circunscrito a um forte em Copacabana, à escola militar de Realengo, a um pequeno foco em Niterói e à 1ª. Circunscrição Militar em Mato Grosso. Todavia, aqueles oficiais de baixa patente se mantiveram organizados e conspirando, dando origem a um movimento mais amplo no interior das forças armadas que ficou conhecido como "tenentismo", levando a que, em

reação, Artur Bernardes cumpriu a maior parte do seu mandato sob Estado de Sítio. A repressão sobre os civis não foi tão contundente como sobre os militares. Hermes da Fonseca foi destituído da presidência do Clube Militar e esse foi fechado por 6 meses. O “tenentismo”, todavia, ganha força e marca a transição da Primeira República para o período varguista, materializando-se em inúmeras agitações protagonizadas por aqueles militares, inclusive a colossal marcha de 25 mil quilômetros empreendida por 1.500 homens, que percorreu 13 estados entre os anos de 1924 e 1927 e ficou conhecida como coluna Miguel Costa/Prestes.

## 5. O desenvolvimentismo nacionalista

### 5.1 Teses e práticas

O nacional-desenvolvimentismo é uma corrente da economia aplicada surgida e com maior relevância nos países da periferia do capitalismo, que tem como base a industrialização e investimento em infraestrutura como forma de substituir as importações, na perspectiva da soberania nacional, a utilização do Estado como indutor da economia e o nacionalismo como orientação política. Seus formuladores consideram, ainda, que a industrialização é ferramenta fundamental para superação da pobreza, que as dinâmicas do mercado são insuficientes para garantir o desenvolvimento e diminuição das desigualdades e o fortalecimento do mercado interno e políticas protecionistas são fundamentais para que essas nações prosperem. Suas origens teóricas estão no economista britânico John Maynard Keynes, em especial após a publicação, no ano de 1936 de *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, seu livro mais importante. Suas ideias, contudo, já eram conhecidas desde 1913, quando publica seu primeiro livro *Moeda e finanças indianas*, resultado de reflexões desenvolvidas ao longo dos dois anos que vivera na Índia, passando pela *As Consequências Econômicas da Paz*, de 1919, *Sou um liberal*, de 1925 e o *Tratado sobre a Moeda*, de 1930. Seus estudos, reflexões e propostas forneceram as bases para que o governo norte-americano, então liderado por Franklin Delano Roosevelt, implementasse entre 1933 e 1937 o programa que ficou conhecido como “New Deal”, para enfrentar a grande depressão econômica resultado da crise iniciada com a quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque, em outubro de 1929.

Na América Latina, a institucionalização daquele pensamento se deu com a criação da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - CEPAL, em 1948, que não surge como uma demanda unicamente dos países da periferia do capitalismo, ou uma insurgência contra os países centrais. Ao contrário, no espírito de “cooperação” entre o Norte e o Sul global, afirmava tentar conciliar os interesses dos dois grupos e dela participaram - além dos países da região - as maiores potências econômicas do Planeta e antigas metrópoles coloniais. As duas maiores referências teóricas para criação da CEPAL foram o argentino Raúl Prebisch, que viria defender em seu texto introdutório ao livro *El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas* (1948) um modelo de substituição de importações, e o

brasileiro Celso Furtado (1979) que, por meio da teoria estruturalista, propunha um modelo para industrialização dos países da América Latina.

No Brasil a historiografia econômica considera que esse modelo já germinava desde a década de 1930 e passou a ser aplicado de maneira efetiva e programática com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder que afastou a economia da base agroexportadora, inserindo novos produtos no mercado e focando na criação de indústrias de base, que dentre os exemplos mais significativos estão a Companhia Siderúrgica Nacional, inaugurada em 1941, a Companhia Vale do Rio Doce, em 1942 e a Petrobras, em 1953. As ideias “cepalistas”, encabeçadas por Celso Furtado levaram, ainda ao estabelecimento de “planos de metas” por parte dos governos, inspirou a criação do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (Bnde), em 1952 e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), em 1959. O primeiro com prioridade para o financiamento da industrialização e a segunda objetivando diminuir as assimetrias econômicas e sociais entre o Nordeste e o Sudeste.

## 5.2 A gênese do nacional-desenvolvimentismo no Brasil

As ideias, materializadas em leis quando exerceu cargos legislativos e as iniciativas na qualidade de chefe dos executivos do seu estado e nacional, por parte de Nilo Peçanha, permitem a sustentação da tese de que aquele político das primeiras décadas do século XX foi precursor do modelo econômico que viria a ser implementado a partir da década de 1930 por Getúlio Vargas, cujas elaborações teóricas no Brasil e na América Latina também só vêm a se consolidar nesse período.<sup>13</sup>

A educação profissionalizante, com vistas a formar uma mão-de-obra qualificada para a indústria, que se tornaria marca de seus futuros governos, já se fazia presente desde cedo entre as proposições de Nilo Peçanha. O Projeto de Lei n.º 86, apresentado por ele em 1893, concede auxílio de 150.000\$ para reconstrução do Liceu de Artes e ofícios da Capital Federal. A busca por garantir a extração de minérios com vistas ao desenvolvimento autônomo da indústria de base está presente na emenda 128, de 4 de novembro de 1902, que autoriza despesas com os estudos e trabalhos concernentes à exploração de minas de carvão de pedra no estado do Pará. Ao assumir o mandato de senador, atuou na defesa dos interesses das oligarquias cafeeiras do Sudeste e açucareiras do Nordeste. Em 1895, apresenta o Projeto de Lei n.º 90, que cria um banco para “auxiliar as indústrias agrícola, pastoril e conexas”. Em 25 de novembro de 1902 submete ao Plenário a Emenda ao Projeto de Orçamento - Anexo da Fazenda, autorizando a concessão de empréstimos aos produtores de açúcar.

A singularidade do pensamento de Nilo, que redundou em ações administrativas igualmente singulares, começou a ser evidenciada no seu primeiro governo no Rio de Janeiro,

13 Nota da editoria. Para um aprofundamento sobre os antecedentes do modelo varguista, consultar Fonseca (2004). Sobre a transição estrutural da Primeira República, cf. Cepêda (2010).

iniciado em 12 de junho de 1903. Os programas e medidas administrativas foram desenvolvidos a partir de uma perspectiva liberal. Não obstante, equilibravam-se entre favorecer as conservadoras oligarquias rurais e implementar programas de cunho nacionalista, que modernizavam a forma de produção da riqueza. Demonstrava, ainda, tal habilidade política, que unia em torno de si os produtores de café e os setores médios urbanos, civis e militares, influenciados pelo “florianismo”. Assim, seu governo se movimentou a partir de 7 eixos principais: a) abatimento do valor dos fretes; b) proteção da produção nacional contra a concorrência estrangeira; c) redução dos impostos sobre os produtores rurais; d) contenção das despesas públicas com o funcionalismo; e) Incentivo e proteção à lavoura e à indústria; e) Ação estatal para proteção do café; f) Educação do povo para o desenvolvimento, com a criação de escolas de aprendizes, artífices e profissionais (Peçanha, 1969, p. 49). A mais polêmica de suas propostas certamente era a reforma agrária, com transformação dos latifúndios improdutivos em propriedades menores. Para tanto, criou um imposto territorial, objetivando forçar a fragmentação dos latifúndios. Não foi possível encontrar nas fontes pesquisadas qualquer menção ao desdobramento daquela proposta, o que faz supor que tenha sido abandonada, provavelmente como resultado da pressão dos grandes proprietários de terra.

Sua política protecionista em relação à agricultura, embora liberal na essência, nuançava com a defesa daquilo que entendia por interesses nacionais, opondo-se à ideia de economia aberta, ao sabor dos ventos do mercado. Seu Decreto n.º 872, de 13 de outubro de 1904, por exemplo, institui prêmios para os maiores exportadores de algodão e banha, para plantações e cria uma subvenção de 12 contos anuais para a primeira fábrica de doces que for montada no estado. Em mensagem apresentada à Assembleia Legislativa em 1º de agosto de 1905, afirma que:

Seguramente, a solução está no protecionismo agrícola, que deverá acompanhar, senão preceder, o protecionismo fabril. A lavoura é tudo; é o eixo em torno do qual gira o mundo dos negócios, o centro de gravitação do sistema financeiro, a força que acionará a engrenagem econômica (Peçanha, 1969, p. 50).

Foi, ainda, bastante criativo para fazer funcionar melhor a lenta estrutura de arrecadação do estado e para tanto contou com a colaboração das grandes companhias ferroviárias e de navegação (quase todas multinacionais), reduzindo as tarifas e celebrando contratos com elas para que, em troca de comissões, auxiliassem na arrecadação de impostos sobre os produtos transportados.

Ao assumir como presidente do estado, Nilo encontra a situação financeira bem problemática: dívidas em torno de 40.000 contos de réis com bancos, queda da renda do estado e penhora dos tributos referentes à comercialização do café, suspensão dos pagamentos e compromissos, além de atraso nos salários do funcionalismo. Reconhecendo

que a prioridade seria reequilibrar as finanças, preferiu não contrair mais empréstimos, renegociou com o Ministério da Fazenda e optou por cortes draconianos das despesas, seguindo a cartilha liberal. Reduziu o próprio salário em 25% e os vencimentos dos deputados estaduais a um terço; demitiu mais de quatrocentos funcionários públicos e reduziu os salários dos demais; afastou do magistério todas as professoras que não possuíam o diploma da escola normal; suprimiu cargos, repartições e serviços; rescindiu contratos e cancelou todos os auxílios e subvenções; reduziu de 65 para 45 o número de deputados estaduais; extinguiu o Tribunal de Contas; unificou todas as secretarias num único órgão; nomeou interventores para os municípios que possuíam altas dívidas com o estado, tirando-lhes, ainda, o direito de arrecadação de impostos das indústrias e profissões. (Peçanha, 1969, p. 48).

Compreendia, contudo, que para além da redução das despesas, era urgente aumentar a receita, o que não ocorreria com a simples majoração dos impostos. Nesse particular, afastando-se da cartilha liberal e colocando em prática uma espécie de pré-keynesianismo, desenha um Estado indutor do desenvolvimento, gerador de riquezas a serem revertidas a ele na forma de tributos. Além disso, resultado das elaborações teóricas a que teve acesso na Universidade, estava convencido da necessidade do País aprofundar o capitalismo (começando pelo estado que dirigia), via industrialização, posse por parte dos brasileiros das riquezas naturais e qualificação da mão-de-obra. Sua gestão foi marcada por grande investimento em modernização: instalou energia elétrica em Niterói, então capital do estado, substituiu os bondes puxados por animais por veículos elétricos, construiu novos prédios escolares, ferrovias, além de pontes metálicas ligando cidades e facilitando o fluxo de mercadorias. (Peçanha, 1969, p. 54). Promoveu ainda uma reforma urbana na Capital, com o alargamento de ruas e avenidas, reconstrução da Câmara Municipal, organização do horto, compra do palácio do Ingá, onde instalou a sede do governo, inauguração do Teatro João Caetano, criação do centro de serviços municipais, substituição do sistema de gás pela eletrificação, introdução do sistema de bondes elétricos, implementação de melhorias na travessia marítima da Baía da Guanabara e efetivação de obras de saneamento e eletrificação da Baixada Fluminense.

Suas iniciativas econômicas e administrativas surtiram efeito com certa rapidez. Colocou em dia o pagamento dos servidores, conseguiu economia de 1.300 contos de réis e aumento da receita em cerca 1.600 contos. Foi exitosa também a diminuição da tributação para exportar e majoração das taxas para importar. O estado, que importava cem mil sacas de arroz por ano, passou a exportar em torno de 400 mil. O comércio de frutas para a Europa, Argentina e Uruguai cresceu, assim como a produção de laticínios, açúcar e produtos têxteis. Toda essa exuberância econômica evidentemente favorecia o estado, devido a arrecadação de tributos, levando a que o ano de 1904 fechasse com um saldo de 1.500 contos de réis, interrompendo a sucessão de déficits que vinham desde 1893. (Peçanha, 1969, p. 49-54). Foi ainda mais além no sentido de favorecer a agricultura e criar um sistema ideal com a indústria, buscando agregar valor aos produtos, ao invés de simplesmente promover sua venda in natura. Incentivou a diversificação da produção agrícola e a realização de pesquisas na área de

pomicultura, de maneira a aumentar a produtividade das árvores frutíferas, promovendo a industrialização de seus derivados e a introdução no estado de sistemas industriais com interfaces junto à produção rural (Peçanha, 1969, p. 51).

O café certamente era a principal e mais problemática produção agrícola no seu período de governo. A superprodução que vinha ocorrendo nas últimas safras levava à retração dos preços por conta do excesso de oferta. Além disso, as relações estabelecidas à décadas com os monopólios americanos e a artificialidade dos preços - manipulados nas cotações das bolsas de valores de Nova Iorque e Londres - segundo os interesses do sistema financeiro internacional, criavam dificuldades para os cafeicultores. O problema não se limitava ao Rio de Janeiro, envolvia os dois outros poderosos estados do Sudeste, São Paulo e Minas Gerais. Assim, aceitou o convite feito a ele e a Francisco Antônio de Salles, governador de Minas Gerais, por Jorge Tibiriçá Piratininga, governador de São Paulo, para discutirem a manutenção dos preços do produto diante da safra recorde que se desenhava para aquele ano. Da reunião, resultou a assinatura, em 26 de fevereiro de 1906, de documento com um conjunto de iniciativas em favor dos cafeicultores, objetivando a valorização do produto, garantindo o preço por meio da compra pelos governos estaduais, do excedente da produção. Aprovado pelo Congresso, o projeto transformou-se no Decreto n.º 1.489, de 6 de agosto do mesmo ano; porém, em que pese ser também oriundo daquelas oligarquias, o presidente da República, Rodrigues Alves se recusa a assiná-lo, mesmo diante da exigência dos credores. Foi seu sucessor, Afonso Pena, que toma posse em 5 de novembro de 1906, tendo Nilo como vice, que promulgou o decreto, conhecido como *Convênio de Taubaté*, medida que, mais do que qualquer outra iniciativa anterior, colocava o Poder Público a serviço dos interesses das oligarquias cafeeiras, afrontava os preceitos liberais oficialmente defendidos pelos beneficiados e por seus representantes no Estado, e se tornou um dos grandes exemplos do patrimonialismo que marcou nossa história.

Foi na promoção da educação profissionalizante que Nilo demonstrou a sua face mais progressista e seu apego aos ideais nacional-desenvolvimentistas. A prioridade era formar jovens qualificados, com profissões definidas e modernas, para integrarem o mercado de trabalho com boa remuneração e alta produtividade. Em 1906, inaugurou três escolas profissionais, em Campos, Petrópolis e Niterói, e duas destinadas ao ensino agrícola, em Paraíba do Sul e Resende (Carvalho, 2018, p. 6). Pelo decreto estadual n.º 787, de 11 de agosto de 1906, fez aumentar o número de alunos de 5.130 para 15.657 no estado. O documento determinava, ainda, que aquelas escolas, responsáveis pela formação de carpinteiros, marceneiros, sapateiros, alfaiates etc. deveriam suprir “de calçado e roupa os sentenciados da Penitenciária e Casa de Detenção, os alienados de Vargem Alegre e as praças do Corpo Militar e de mobiliária as escolas privadas”. Assim, de maneira inédita, torna o Poder Público o principal comprador do que fosse produzido naquelas escolas.

No curto período como presidente da República, Nilo tentou implementar políticas semelhantes às que havia desenvolvido no Rio de Janeiro. Influenciado desde a faculdade pelo positivismo, considerava que o Estado republicano teria um papel de direção e organização da

sociedade visando acelerar a sua transição para a “idade científica ou positiva” e, quando houvesse “necessidade social”, este deveria intervir na economia e na sociedade em nome do progresso. (Carvalho, 2018, p. 3). A educação profissionalizante continuava, na sua compreensão, sendo a mais importante ferramenta do desenvolvimento, cumprindo papel “civilizador” das classes populares. Em mensagem apresentada ao Congresso Nacional, na Abertura da 2ª Sessão da 7ª Legislatura, defende a educação profissionalizante como forma de “inserir-las de forma ordeira e economicamente viável na ordem republicana idealizada”. Diferentemente da sua gestão no Rio de Janeiro, Nilo recebeu como herança do seu antecessor um país em pleno impulso de desenvolvimento econômico. Afonso Pena, de quem foi vice, e alguns de seus pares no Partido Republicano já ensaiavam iniciativas que cunho nacionalista, com a perspectiva de valorização das riquezas nacionais e busca por industrialização, na perspectiva da soberania e da flexibilização das amarras que manietavam a economia nacional. O cafeicultor David Campista (22/01/1863-12/10/1911), por exemplo, ministro de finanças de Afonso Pena, constituinte estadual em Minas Gerais, com passagem pela Câmara Federal, trazia no currículo um conjunto de iniciativas e proposições que extrapolavam seus compromissos com a oligarquia da qual fazia parte. Como Secretário de Agricultura e Obras Públicas de Minas Gerais nos governos de Afonso Pena e Silvano Brandão e superintendente do Serviço de Imigração no governo de Bias Fortes, incentivou o ensino profissional, criou os institutos zootécnicos de Uberaba e Campanha e os institutos agrônômicos de Itabira e de Leopoldina, além de, entre 1893 e 1898, organizar a comissão responsável pela construção da nova capital do estado. Em consonância com as iniciativas para viabilizar o longo processo de transição do trabalho escravo para o assalariado e a implementação do projeto de branqueamento da população (Jacino, 2014) introduziu no estado de Minas Gerais mais de 50 mil imigrantes europeus e ainda, na qualidade de comissário do governo, dirigiu o serviço de Imigração sediado em Gênova, na Itália.

A agricultura evidentemente teve grande importância para Nilo enquanto presidente da República, tanto por seus compromissos de classe como por compreender a sua importância econômica. Contudo, foi mais além e a partir da compreensão da importância das cadeias produtivas originadas na agricultura, desenha um projeto de desenvolvimento que o levou a, através do Decreto n.º 7.502, de 12 de agosto de 1909, abrir crédito de 200:000\$00 para instalação do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, órgão que havia sido criado em dezembro de 1906, mas que até então só existia no papel. Nesse ministério, criou uma série de serviços que considerava essenciais para o desenvolvimento: Geológico e Mineralógico, de Publicações e Biblioteca, de Distribuição de Plantas e Sementes, de Consultas, de Inspeção, de Estatísticas e Defesa Agrícolas, além um setor de Registro e Arquivo Geral e a Diretoria de Meteorologia e Astronomia. Há que se destacar dentre essas estruturas o Serviço de Inspeção Agrícola e a Diretoria da Indústria Animal. Esta última com a tarefa de disseminar processos modernos na indústria de laticínios, promover a organização de cooperativas e a realização de estudos experimentais na alimentação do gado.

A mobilidade e as comunicações também entraram no rol de prioridades do seu

governo. Decretou a reforma dos Correios e Telégrafos, reduziu as taxas postais e construiu 1.156 quilômetros de linhas telegráficas. Montou as estações costeiras de Olinda, Fernando de Noronha, instalou aparelhos radiotelegráficos nos navios do Lóide Brasileiro, inaugurando o serviço de radiotelegrafia; abriu uma linha de navegação entre o Rio de Janeiro e Lisboa; introduziu luz elétrica nas ruas do Rio de Janeiro, e reformou o contrato com a Light and Power, reduzindo as taxas para o consumo de energia pelo público. Criou a Rede Viação Cearense, ligando aquele estado com o Piauí, reformulou o contrato com a Estrada de Ferro Norte do Brasil, ampliando as linhas até Araguaia e Tocantins. Concedeu à Companhia São Paulo-Rio Grande a construção da Estrada de Ferro Brasil-Paraguai, com uma extensão de 360 quilômetros, e determinou o prolongamento da Estrada de Ferro Sorocabana, em São Paulo. (Peçanha, 1969, p. 69). Reorganizou a rede de estradas de ferro federais na Bahia, prolongando as suas linhas para ligar várias regiões daquele estado e com Minas Gerais. Ampliou as estradas da Paraíba, Pernambuco e Alagoas, construiu a rede do Paraná e Santa Catarina, ligando-a com a do Rio Grande do Sul. Ampliou a Estrada de Ferro Central do Brasil, construindo inúmeros ramais, tais como os de Pirapora, Santa Luzia, Itaguaí, Itacuruçá, Mangaratiba e Montes Claros. Determinou a criação da rede de Viação do Estado do Rio, autorizando a construção de linhas num total de 245 quilômetros e iniciou a eletrificação da Estrada de Ferro Corcovado (Peçanha, 1969, p. 70).

No saneamento, iniciou as obras na Baixada Fluminense; criou a Diretoria de Saneamento e promoveu a desobstrução e drenagem de vários rios que desembocam na Guanabara; montou as estações costeiras de Olinda, Fernando de Noronha, Amaralinda e Babilônia.

Intervindo na macroeconomia, criou a Bolsa dos Corretores; valorizou a moeda, elevando de 15 para 16 dólares a taxa de conversão; fez gestões para liberar as alfândegas, cujas rendas estavam hipotecadas em consequência do acordo de *Funding Loan*, de 1898, através do Decreto n.º 7.782, de 31 de dezembro de 1909, determinando o pagamento antecipado das dívidas e suspendendo um acordo com os bancos europeus que só expiraria em 1911. Com isso, conseguiu mais independência financeira e posição vantajosa para negociação de empréstimos, reduzindo os juros de 5% para 4%, sem nenhuma garantia.

Em mensagem ao Congresso Nacional, em julho de 1909, reitera seu posicionamento sobre a indústria extrativista com a frase “Ninguém ignora que andam de par e juntos evoluem o predomínio das nações e a sua capacidade produtora de ferro” (Peçanha, 1969, p. 66). O decreto 7.677, de 20 de novembro de 1909, materializa aquele pensamento, abrindo crédito especial de 50:000\$00 para “concorrer às despesas com estudo das indústrias de ferro, da borracha e outros, no intuito de promover a sua implantação no País”. Focado na industrialização, em outra mensagem, do dia 03 de maio de 1910, sustenta a importância da criação do “parque manufatureiro da Nação, e defende o investimento em infraestrutura e na indústria de base, argumentando inclusive sobre seu papel na soberania nacional, assim como a necessidade da posse pelos brasileiros dos recursos minerais, já então com sua extração amplamente dominada por conglomerados estrangeiros.

Seu discurso nacionalista, todavia, era nuançado por uma prática não tão radical e, em alguns casos, favorecendo flagrantemente os interesses das grandes companhias multinacionais. Após a realização do Congresso Internacional de Estocolmo, em 1910, é elaborado relatório sobre o ferro do Brasil, considerado detentor das maiores jazidas desse metal no mundo, o que evidencia o interesse das multinacionais nas riquezas minerais do País. Nilo Peçanha dá a concessão para exploração à Brazilian Hematite, ligada ao grupo a canadense Light and Power, que é contestada pelo governo de Minas. Ato contínuo lança, em Aimorés, no vale do Rio Doce, a pedra fundamental daquela que viria a ser a grande siderúrgica do País, mas que, em verdade, só saiu do papel em 1942, no período Vargas. Para seus opositores, a importância que dava à mineração atendia aos interesses dos ingleses e canadenses. A busca por capitais internacionais para a implementação de uma siderúrgica nacional é parte de um movimento pendular que, assim como na governança do Rio de Janeiro, buscava conciliar os interesses das grandes oligarquias com os setores médios urbanos, buscava agora conciliar seus propósitos desenvolvimentistas com as limitações impostas pelo capital financeiro internacional. Portanto, ao invés de enfrentá-lo, preferiu chamá-lo a compor a sociedade empreendedora que se propunha a estabelecer. Evidentemente, essa escolha significava um custo no que diz respeito à autonomia econômica e à soberania nacional. Em que pese o paradoxo presente na forma como Nilo se relacionava com o sistema financeiro internacional, que pode inclusive levar a questionamentos acerca do seu nacionalismo, é possível afirmar que o papel desempenhado pelo petróleo no período varguista, foi semelhante à importância que o ferro teve para o “nihilismo”, e sustentar que este foi o precursor da siderurgia nacional.

A educação profissionalizante era um dos pontos centrais do seu programa e estava inserida no contexto da busca do desenvolvimento agrícola e industrial. O Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio tinha como uma de suas atribuições os assuntos relacionados ao ensino profissional. Ainda em 1906, sob o governo Afonso Pena, foi elaborada a Proposição 195 que autorizava o Estado brasileiro a destinar recursos financeiros para a criação da rede de escolas profissionais federais, visando a futura implantação do ensino profissional em todo o país. Em busca da viabilização desse projeto, em 1909, pelo Decreto n.º 7566, de 23 de dezembro, Nilo Peçanha cria escolas de aprendizes artífices em quase todas as capitais. Na Exposição de Motivos, justifica que: “se torna necessário não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade, escola do vício e do crime...” e argumenta, ainda, que as escolas de artífices formariam núcleos de operários úteis, inteligentes e moralmente elevados, além de corrigir a busca generalizada pelo emprego público das outras classes sociais, combatendo ainda a “cultura bacharelesca que impedia o progresso técnico do país. A prioridade dada pelo seu governo à educação profissionalizante fica evidente com o fato de que ao longo do ano de 1910 praticamente toda a rede de 19 escolas já havia sido inaugurada. (Carvalho, 2018, p. 7).

### 5.3 Novas ideias, novos desafios

*Impressões da Europa – Suíça, Itália e Espanha*, livro escrito por Nilo sobre sua longa viagem feita após deixar a presidência da República, traz informações e reflexões acerca do funcionamento do Estado, a partir da observação da conformação social e política dos países que visitou, especialmente a Suíça, que o impressionou de maneira particular. Sobre esse país, elogia o que considerou ser exemplo de unidade na diversidade e o fato de as forças armadas estarem “totalmente integradas com a população civil”, e a política externa, o ensino profissionalizante, a reabilitação das artes mecânicas, a vida das indústrias, o papel do Estado na implementação das rodovias e o equilíbrio com a iniciativa privada. Segundo sua análise, “Entre eles, o acesso ao poder não dá orgulho nem desperta ambição ou vaidade. A glória não está no homem governar os outros, mas no homem governar-se a si mesmo” (Peçanha, 1954, p. 102). Mostra-se empolgado, ainda, com a industrialização da Suíça, que compensaria o fato de não possuir minas de carvão e ferro, assim como a autonomia conquistada em energia elétrica e produção de água. Argumentava que naquele país todo cidadão, independente da origem, recebia educação prática que, na sua opinião, ajudaria a evitar a “agitação socialista”. E ainda que as universidades, mais do que estudar a velha produção acadêmica, são verdadeiros laboratórios de experimentação em química e outras áreas que trazem o progresso e a riqueza industrial. Ressalta, contudo, que todos esses avanços se deram sem descuido com a agricultura e a preservação das florestas. Destaca que o Banco Nacional Suíço, por ser híbrido - público e privado - permitiu o florescimento de mais de 700 empresas de crédito.

Na mesma obra, Nilo Peçanha (1954, p. 98) discorre sobre a participação econômica e social das mulheres, elogia sua presença no trabalho e informa que num país de 3.800.000 habitantes, 1.700.000 mulheres trabalham na agricultura e nas fábricas, e argumenta que isso não levou à desagregação das famílias, muito pelo contrário, representando ainda uma extraordinária riqueza para a Nação. Reafirma, contudo, sua visão conservadora, ao criticar o que considera uma cultura disseminada na Europa (que não viu na Suíça) de controle da natalidade, defendida tanto pelas classes ricas como pelas organizações operárias. Estas últimas com o argumento que a produção de muito filhos apenas serviria para gerar novas vidas a serem submetidas ao trabalho forçado pelo capitalismo, o que considera uma política infanticida. Expõe seu pensamento patriarcal e reacionário em torno das questões de gênero ao elogiar o fato não ter visto na Suíça (*Ibidem*, p. 100) “mulheres preocupadas com ostentação e luxo, masculinizando-se a cada dia, disputando o direito ao voto com o homem” e afirma que viu naquele país a mulher companheira mencionada nas Escrituras; “meiga e tímida, a ver no homem um protetor e um amigo” (*Ibidem*, p. 101).

Seu segundo mandato como governador do Rio de Janeiro não teve o ineditismo do primeiro e do seu curto período como presidente da República. As iniciativas administrativas e econômicas foram semelhantes às do primeiro mandato e não desenvolveu novas políticas, limitando-se a repetir parte das ações já desenvolvidas. Marcou essa gestão um programa de

incentivo à lavoura e diversificação agrícola. Mais velho, experiente e acomodado à defesa dos interesses dos grupos políticos que lhe davam sustentação, desenvolveu uma segunda gestão estadual mais conservadora e sem as ousadias que marcaram sua primeira gestão e também sua curta passagem na presidência da República, ainda assim particularmente avançada para os padrões da época. Sua ousadia maior foi insistir na divisão das terras em pequenas propriedades, defendendo uma reforma agrária que evidentemente, sem apoio do grupo que lhe dava sustentação política, não vingou.

## 6. Considerações finais

O conjunto de ideias que levou Nilo Peçanha a iniciativas pioneiras na administração pública, com incidência na macroeconomia, é resultado de sua formação político/ideológica e de influências e interações sociais diversas. Era filho de um proprietário rural que migrou para o ambiente urbano, se tornou comerciante, investiu na escolarização dos filhos e que, mesmo não havendo registro de ser um grande produtor, tinha estreitas relações com a oligarquia cafeeira. O acesso aos melhores e mais elitistas centros de formação acadêmica do País proporcionou uma formação de alto nível e o acesso à pluralidade de pensamento no campo da filosofia política, da sociologia e da economia.

Lastreado nessa condição social, integrando a elite econômica da sua cidade e comungando com as ideias abraçadas pelos seus membros mais jovens e escolarizados, Nilo aderiu às progressistas causas do republicanismo e do abolicionismo. Tornando-se liderança local e posteriormente estadual e nacional, o jovem advogado se envolve de maneira definitiva nas disputas políticas do novo regime em implantação, cujos principais atores se dividiram em duas grandes correntes: uma representada pelas oligarquias conservadoras e outra por frações dessas mesmas oligarquias, intelectuais e militares com ideias progressistas, adeptos de certos aspectos do positivismo. Esse segundo grupo, nos primórdios da República, liderado por Floriano Peixoto, tinha a simpatia da baixa oficialidade das forças armadas, de setores escolarizados da classe média urbana e se consubstanciou num verdadeiro movimento que marcou o período, o “florianismo”, do qual ele se torna um dos expoentes.

O pioneirismo de Nilo Peçanha na elaboração e efetivação de propostas econômicas nacional desenvolvimentistas é resultado desse conjunto de influências de teor idealista, transfigurado no “jacobinismo” daqueles primeiros republicanos. O nacionalismo e o desenvolvimentismo sustentados por esse grupo se traduziam na defesa das riquezas minerais e no incentivo à industrialização. Para aqueles jovens idealistas, as relações pré-capitalistas, que persistiam no País, três décadas após o fim legal da escravidão, não eram resultado da resistência do setor patronal em aceitar relações de trabalho mais justas e menos violentas e sim da baixa qualificação e falta de escolarização dos trabalhadores. Portanto, a melhora da qualidade da mão-de-obra, com a implementação do ensino profissionalizante era, na visão deles, a grande ferramenta para superação do “atraso” e fazia parte do inexorável processo

civilizatório.

Dono de uma habilidade política ímpar, capaz de se equilibrar entre os diversos interesses dos grupos sociais em disputa sem perder o foco dos projetos políticos, econômicos e sociais que havia incorporado na Academia, Nilo foi a liderança política que melhor materializou aquelas ideias. Conciliador, agradava ao mesmo tempo as oligarquias rurais e os setores médios urbanos, civis e militares. Defendia os interesses dos poderosos cafeicultores, mas também contemplava as elites açucareiras do Nordeste e os industriais em ascensão. Pregava a busca por autonomia energética, defendia a indústria extrativista e de base em nome da soberania nacional. Contudo, não rompia com o sistema financeiro internacional e os limites do seu nacionalismo ficam evidentes pelos elogios recebidos ao final do seu mandato de financistas europeus, dentre eles o banqueiro Lionel Rothschild, um dos grandes credores e investidores do País. (Peçanha, 1969, p. 82).

A análise da documentação reunida sobre o tema e as reflexões trazidas pela literatura consultada permitem afirmar que as escolhas administrativas e políticas de Nilo Peçanha incidiram sobre os rumos econômicos do País e desembocaram nas profundas mudanças ocorridas nas décadas seguintes. Traçando uma linha do tempo, é possível perceber um *continuum* nas propostas políticas e econômicas em debate ou implementadas na conturbada Primeira República. O “jacobinismo” dos seguidores de Floriano Peixoto, a modernizadora gestão Afonso Pena/Nilo Peçanha, a derrota do movimento de “Reação Republicana”, a insatisfação dos derrotados, que levou aos enfrentamentos militares e ao “tenentismo”, são episódios de um mesmo movimento que acabou por levar Getúlio Vargas ao poder apenas 6 anos após a morte de Nilo, no bojo da Revolução de 1930, que maximizou aqueles projetos e programas econômicos, assim como os instrumentos políticos para sua implementação: o autoritarismo e o militarismo.

As escolhas políticas, administrativas e econômicas de Nilo Peçanha devem ser atribuídas ao seu grupo social de origem, à sua trajetória pessoal e acadêmica e as condicionantes do período em que atuava. As singularidades de suas escolhas, todavia, são resultado ainda do talento pessoal e das reflexões que fez a partir das correntes de pensamento a que teve acesso. Considerando que o homem é filho do seu tempo e das circunstâncias em que vive, para além da condicionante de classe, das correntes filosóficas a que se filiava Nilo Peçanha era um homem negro, ainda que ele e seus contemporâneos tenham invisibilizado essa condição. Essa singularidade pode ter influenciado de alguma forma seu olhar sobre o país e povo brasileiro, portanto na elaboração das políticas públicas que protagonizou. Estas, assim como aquelas que marcaram o nacional-desenvolvimentismo da Era Vargas, contribuíram para diminuição das profundas desigualdades sociais e raciais que a escravidão de três séculos e meio deixou de herança.

## Referências

### Documentos Manuscritos

*Acervo da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Penha em Morro* (Campos de Goytacazes, RJ)  
*Livro de Registro de Batismos*. 1867.

### Documentos Impressos

MHCG-RJ. Museu Histórico de Campos de Goytacazes, Seção “Papéis e livros avulsos”. [Não catalogados].

PEÇANHA, Nilo. *Mensagem apresentada ao Congresso Nacional na Abertura da 2ª Sessão da 7ª Legislatura pelo Presidente da República in Discursos parlamentares*. Brasília: Câmara dos Deputados – Centro de Informação e Documentação, 1988. <https://bibliotecavirtual.camaracampos.rj.gov.br/nilo-pecanha/>. Acesso em: 20 dez. 2023.

PEÇANHA, Nilo. *Impressões da Europa - Suíça, Itália, Espanha. Nice* (França): N. Chini, 1954. 3ª ed. Disponível em: <https://bibliotecavirtual.camaracampos.rj.gov.br/nilo-pecanha/>. Acesso em: 05 dez. 2023.

PEÇANHA, Nilo. *Discursos parlamentares*. Brasília: Câmara dos Deputados – Centro de Informação e Documentação, 1988. Disponível em: <https://bibliotecavirtual.camaracampos.rj.gov.br/nilo-pecanha/>. Acesso em: 20 dez. 2023.

PEÇANHA, Nilo. *Política, Economia e Finanças – 1922 - campanha presidencial 1921-1922, Conferências*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1922. Disponível em: <https://bibliotecavirtual.camaracampos.rj.gov.br/nilo-pecanha/>. Acesso em: 11 nov. 2023.

### Periódicos

*Monitor Campista*, Campos dos Goytacazes (RJ), 1891-1928. Disponível em: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/439406>. Acessado em: 20 dez. 2023.

### Legislação

BRASIL. Decreto n.º 7.566, de 23 de setembro de 1909, em execução da Lei n.º 1.606, de 20 de dezembro de 1906. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 26 set. 1909, p. 6.975.

BRASIL. Decreto n.º 9.081, de 3 de novembro de 1911, Dá novo regulamento ao Serviço de

Povoamento. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 7 nov. 1911, p. 14.384.

## Figuras e Imagens

MR-RJ. Museu da República, Arquivo Histórico e Institucional, Coleção Nilo Peçanha, NP315. [Foto de Nilo Peçanha sendo recebido em loja maçônica durante a campanha eleitoral de 1921]. Disponível em: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasiliana/handle/20.500.12156.1/10853>. Acesso em: dez. 2024.

## Bibliografia

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. *Maçonaria, Anti-Racismo e Cidadania*. São Paulo: Annablume. 2010.

BUENO, Amador. *A Esphinge decifrada: da convenção de junho de 1921 ao pleito de 1º de março de 1922*. Rio de Janeiro: Livraria Castilho, 1922.

CARVALHO, Marcelo Augusto Monteiro de. Nilo Peçanha e a Criação das Escolas de Aprendizes Artífices no Contexto da Primeira República (EAAs): 1910-1914. *Anais da [...] 7ª Conferência Internacional de História Econômica; IX Encontro de Pós-graduação em História Econômica*. São Paulo, 2018.

CEPÊDA, Vera Alves. A construção da industrialização no Brasil: políticas econômicas, mudança social e a crise do liberalismo na Primeira República. *Desigualdade & Diversidade*, PUC-Rio, Rio de Janeiro, n. 7, p. 115-136, jul.-dez. 2010.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *Em busca da idade de Ouro e as elites políticas fluminenses na Primeira República (1889-1950)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

FONSECA, Pedro César Dutra. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. *Pesquisa & Debate*, São Paulo, v. 15, n. 2 (26), p. 225-256, 2004.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Cia. Ed. Nac., 1979.

JACINO, Ramatis. *Transição e Exclusão: O negro no mercado de trabalho em São Paulo pós-abolição – 1912/1920*. São Paulo: Nefertiti, 2014.

JACINO, Ramatis. *Frente Negra, Ação Integralista e o conservadorismo como estratégia de enfrentamento ao racismo – 1930-1937*. *Revista de História*, São Paulo, n. 181, p. 1-29, 2022.

DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2022.189271>.

*Manifesto Republicano de 1870*. [S. n. t.].

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Os radicais da República: jacobinismo - ideologia e ação (1893-1897)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PEÇANHA, Celso. *Nilo Peçanha e a Revolução Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

PREBISCH, Raúl. *El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas*. Santiago de Chile: CEPAL, 2012. [1949].

SANTIAGO; Sindulfo. *Nilo Peçanha, uma Época Política*. São Paulo: Sete, 1962.

SILVA, Hélio. *Nilo Peçanha – 7º Presidente do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Três, 1983.

TINOCO, Brígido. *A Vida de Nilo Peçanha*. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 1962.

VISCARDI, Claudia. Campista, David. (Verbetes). FGV-CPDOC. *Dicionário Histórico-Biográfico da Primeira República*. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CAMPISTA,%20Davi.pdf>. Acesso em: 8 jan. 2024.